

PARECER Nº 451/02 DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 330/00

Trata-se de projeto de lei de autoria do nobre Vereador Carlos Neder que institui o Programa de Prevenção de Ruídos nos Equipamentos Públicos de Educação e Assistência Social, e dá outras providências.

O objetivo do programa, de acordo com a justificativa, é adotar um conjunto de medidas para: efetuar medições de nível de ruído e triagem auditiva, implantar ações de educação ambiental, e disciplinar a construção de novas escolas e creches e reformas das existentes, para adequar o nível de ruído ao estabelecido pela legislação, e às condições de aprendizagem.

O projeto não define os limites de ruídos ou os critérios para medição, uma vez que já existem normas técnicas oficiais com esse objetivo, porém indica quais os procedimentos que devem ser adotados para que sejam alcançados os índices adequados ao ambiente escolar. Para tanto estabelece um programa para identificar e quantificar os problemas de ordem acústica ou auditiva, indicar as medidas de correção e assistência, e realizar um trabalho de educação ambiental. A propositura permite a participação de técnicos dos Conselhos Regionais de Categorias Profissionais e de outras entidades representativas na elaboração do programa, e contém alguns critérios de localização dos estabelecimentos e de normas de projeto.

Consultado, o Executivo manifestou-se favoravelmente à proposta e esclareceu que o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, apresentou relatório final da Comissão Especial para a Elaboração de Estudos sobre a Poluição Sonora em Escolas do Município de São Paulo, que recomendou a criação de um grupo de trabalho intersecretarial a ser integrado por técnicos com conhecimento específico nas áreas de isolamento acústico, ambiência e tratamento acústico, objetivando melhorias nos equipamentos públicos de Educação e Assistência Social e salas de aula da Rede Municipal de Ensino.

O Departamento de Controle Ambiental, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente sugeriu outra redação ao artigo 6º definindo especificações técnicas relativas aos materiais e à pressão acústica dos ambientes, e propondo a inclusão, no artigo 8º, de técnicos dos diversos órgãos municipais envolvidos, no grupo que definirá as normas de execução do programa.

Diante do exposto, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente é FAVORÁVEL ao projeto de lei por entender que a proposta irá contribuir significativamente para a melhoria do ambiente onde se desenvolvem as atividades educativas. Contudo, para incorporar as sugestões do Executivo elaborou-se o SUBSTITUTIVO a seguir.

Tem-se, assim:

SUBSTITUTIVO Nº. DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE AO PL Nº 330/00

Institui o Programa de Prevenção de Ruídos nos Equipamentos Públicos de Educação e Assistência Social e dá outras providências

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Prevenção de Ruídos nos Equipamentos Públicos de Educação e Assistência Social, com o objetivo de desenvolver ações de prevenção e diminuição de ruídos em equipamentos públicos, no Município de São Paulo.

Art. 2º - As ações pertinentes ao Programa de Prevenção de Ruídos devem ser desenvolvidas por equipe multidisciplinar.

Art. 3º - São atribuições do Programa de Prevenção de Ruídos:

I - Identificar os níveis de ruídos existentes, nos diversos espaços escolares e equipamentos sociais, em diferentes situações e momentos;

II - Realizar trabalho educativo sobre os efeitos do ruído na saúde de professores, servidores, crianças e adolescentes;

III - Garantir ações de identificação de perdas auditivas em crianças e adolescentes;

IV - Garantir ações de identificação de problemas de saúde vocal em servidores;

V - Apontar e aplicar medidas para diminuir o ruído nas escolas e equipamentos sociais.

Art. 4º - Fica assegurada a assistência integral às crianças, aos adolescentes e aos servidores portadores de problema de saúde auditiva, vocal ou mental, decorrentes do excesso de ruído.

Art. 5º - Os projetos de localização de futuras escolas e equipamentos sociais municipais deverão observar o nível de ruído existente no local, evitando-se a construção em locais de ruído intenso, como rodovias, aeroportos ou terminais.

Parágrafo único - Na inexistência de local adequado para a instalação de novas escolas e equipamentos sociais que atendam a disposição deste artigo, o projeto de implantação do equipamento deverá prever elementos e artifícios que contribuam para minimizar o nível de ruído existente no local.

Art. 6º - Os projetos de construção de escolas e equipamentos sociais municipais deverão observar princípios arquitetônicos, melhores técnicas construtivas à disposição e recursos de isolamento acústico, com propriedades de redução dos níveis de ruído que possam prejudicar as atividades desenvolvidas em seu interior, de forma que seja assegurada, nas dependências educacionais, uma pressão acústica máxima adequada.

Parágrafo 1º - Na reforma de escolas e equipamentos sociais, deverão ser utilizados os materiais disponíveis mais adequados, com propriedades de redução do efeito de reverberação e alto poder de isolação, de forma que seja assegurada, nas dependências educacionais, com uma pressão acústica máxima adequada

Parágrafo 2º - Os valores máximos de pressão acústica citados no "caput" e no parágrafo 1º deste artigo deverão ser definidos por ato do Executivo.

Art. 7º - A reforma de unidades escolares e equipamentos sociais deverá ser realizada, preferencialmente, nos meses de férias ou recessos escolares.

Art. 8º - Fica garantida a participação de técnicos dos diversos órgãos municipais envolvidos, dos Conselhos Regionais de Categorias Profissionais, das associações, de institutos de pesquisas e de instituições universitárias de ensino das áreas relacionadas, na definição das normas de execução deste programa.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10º - O Executivo regulamentará esta lei e implementará o programa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 08-05-02

MARCOS ZERBINI - Relator

BISPO ATÍLIO FRANCISCO

JOÃO ANTONIO

NABIL BONDUKI

TONINHO PAIVA